



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

O CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS/RJ: IMPACTOS NA
URBE E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Camila Righi de Almeida (UFJF) - milarighi@gmail.com

Arquiteta e Urbanista, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC) da UFJF

Klaus Chaves Alberto (UFJF) - klaus.alberto@ufjf.edu.br

Arquiteto e Urbanista, Professor Adjunto na UFJF

José Alberto Barroso Castañon (UFJF) - jose.castanon@ufjf.edu.br

Engenheiro Civil, Professor Associado na UFJF

1. Introdução

A problemática do crescimento econômico, sobretudo aquele que acontece de forma acelerada, no âmbito do impacto territorial urbano traduz-se, na atualidade, em um debate que tem ênfase na evolução do conceito de desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento, que há meio século era entendida como sinônimo de crescimento econômico, sofreu alterações conceituais substanciais ao longo das últimas décadas. A ela, em um primeiro momento, foi agregada a ideia de mudança caracterizada por critérios qualitativos, mais do que quantitativos. A incorporação de critérios como qualidade de vida, distribuição de renda e bem-estar social fizeram com que a conotação da palavra “desenvolvimento” se distanciasse do simples conceito de geração de riqueza para incorporar, em seu sentido, a noção de uma distribuição mais justa da mesma. A inclusão da questão “meio ambiente”, a partir da década de 1970, veio complementar este conceito que, identificado como desenvolvimento sustentável, reúne aspectos de natureza social, territorial, econômica, ambiental e política.

A pesquisa apresenta uma etapa introdutória onde foi feita uma revisão bibliográfica baseada, substancialmente, no binômio crescimento x desenvolvimento; e outra, mais específica, onde são analisados dados relacionados ao município de Três Rios, através da coleta de informações de fontes secundárias, por pesquisas de campo e entrevistas aos principais atores sociais locais.

No contexto explicitado acima, este trabalho tem como objetivo examinar aspectos dos impactos territoriais que a produção de riqueza concentrada vem gerando em Três Rios, município fluminense que se destaca pelo acelerado crescimento econômico que vive com o recente reaquecimento do setor industrial, motivado, dentre outras causas, por incentivos fiscais estaduais. Busca-se avaliar como possíveis impactos do crescimento repercutirão na malha urbana, em especial nos espaços públicos, e quais são as condições de adaptação da cidade para estas novas realidades, no que se refere às políticas de gestão e planejamento do território.

2. Desenvolvimento urbano: uma noção além do crescimento econômico

Pode-se reparar na literatura especializada uma diferenciação entre as noções de crescimento e desenvolvimento. Atualmente, o “crescimento” é caracterizado apenas como um importante fator de “desenvolvimento” e não o desenvolvimento em si mesmo. O entendimento do termo desenvolvimento abrange múltiplos aspectos, uma visão plural da

realidade, que não deve ser limitada por critérios quantitativos de geração e acumulação de riqueza. Sachs (2004) ressalta que o crescimento econômico, mesmo o acelerado, é uma condição necessária, porém não suficiente, para a ocorrência do desenvolvimento. Assim, crescimento e desenvolvimento não devem, necessariamente, ser entendidos como “grandezas” diretamente proporcionais.

No contexto capitalista em que se inserem as cidades contemporâneas, que se pretendem globalizadas, a busca pelo lucro se reflete, no âmbito da organização do espaço, em territórios cada vez mais artificialmente adequados à reprodução do capital e ao empresariamento urbano. Segundo Sánchez (2007), as parcerias entre os setores público e privado na promoção destas cidades alavancam a competição e a proliferação de projetos de grande impacto, ficando a cidade-espetáculo submetida aos interesses políticos e à mídia, e os cidadãos, em muitos casos, alienados à vivência destes espaços, atuando apenas como espectadores, não desfrutando de reais desdobramentos de desenvolvimento.

Historicamente, as nações consideradas desenvolvidas eram também aquelas que haviam enriquecido pelo processo de industrialização, o que impediu, até o início da década de 1960, a compreensão da distinção entre as ideias de crescimento e desenvolvimento. A partir do momento em que o crescimento econômico de alguns países como, por exemplo, o Brasil passou a não ser refletido, necessariamente, no acesso aos bens de forma igualitária por todos os segmentos sociais, o sentido do termo desenvolvimento começou a ser reelaborado, bem como as propostas desenvolvimentistas colocadas em questão (VEIGA, 2005).

Veiga (2005) ressalta que a iniciativa para a formulação de uma nova conceituação do termo “desenvolvimento” foi reforçada, ainda, pelo lançamento do “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) por parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que teve seu primeiro relatório publicado em 1990, divulgando, a partir de então, um índice anual que não se resume a dados quantitativos de base econômica como, por exemplo, renda per capita.

Segundo Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento abrange princípios como igualdade, equidade e solidariedade. Incorpora ideias como qualidade de vida, distribuição de renda e bem-estar social, parâmetros que caracterizam o desenvolvimento como uma mudança de caráter qualitativo, que vislumbram além da simples geração de renda, não se sustentando apenas em critérios quantitativos.

Com o crescente debate sobre a problemática ambiental, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, foi incorporado ao termo desenvolvimento mais um aspecto: o da sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável incorpora o viés ambiental, no que diz respeito ao entendimento do ambiente urbano como interação entre o ambiente natural e o ambiente construído. Ainda segundo definição de Sachs (2004), o desenvolvimento urbano sustentável se apóia em aspectos de natureza social, territorial, econômica, ambiental e política.

Ascelrad (1999, p.85) aplica a ideia de sustentabilidade às “condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas”. Mostra, grosso modo, que, em um processo de crescimento econômico acelerado, a incapacidade de as políticas urbanas direcionarem e distribuírem de forma igualitária a riqueza gerada provoca um desequilíbrio entre a oferta dos serviços urbanos e as reais demandas sociais, o que gera segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não atendidas (ASCELRAD, 1999).

Corroborando, neste sentido, a visão de Silva Neto (2006, p.65) quando destaca que “a sustentabilidade urbana no território está relacionada, também, à distribuição espacial de recursos, de serviços e das populações de maneira equilibrada, não predatória, de fácil fluxo para todos e com equidade”.

3. Contextualização econômico-industrial do município de Três Rios/RJ

O município de Três Rios, localizado na Região Centro-Sul fluminense, vem sofrendo, nos últimos cinco anos, um processo de desenvolvimento acelerado que se caracteriza pela dinamização da sua economia através do renascimento do setor industrial.

A retomada da industrialização em Três Rios teve origem com a recuperação de atividades na área de metal-mecânica, particularmente centrada no setor ferroviário. Esse processo inicial de industrialização deu-se até os anos 1980, quando foi seguido por um período de estagnação e decadência, devido à crise do setor na década de 1990.

Ao longo da história da cidade, é notório que seu progresso fundamentou-se em uma de suas mais relevantes características: a localização. A posição geográfica de Três Rios, no entroncamento entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e entre os rios Paraíba do Sul e Paraíba do Norte, lhe valeu os primeiros passos para o crescimento.

Pelas terras do povoado, então conhecido como Entre-Rios, passou o “Caminho Novo”, construído pela Coroa Portuguesa em 1698, fazendo a ligação do litoral ao interior. Quase dois séculos depois, em 1861, a “Estrada União e Indústria” – que liga Juiz de Fora a Petrópolis –, cortou suas terras e ofereceu-lhe uma estação rodoviária, responsável por transformar o povoado em um pequeno centro comercial. Em 1867, foram inaugurados os

trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, que também trouxeram uma nova estação (TEIXEIRA, 2005).



Figura 1: Vista aérea da ocupação de Três Rios, com destaque para o centro e as principais saídas da cidade. Fonte: Google Earth (imagem adaptada pela autora)

A vocação para as atividades relacionadas a transporte e logística começou, assim, a ser delineada para o distrito de Entre-Rios, que nesta época pertencia ao município de Paraíba do Sul. O rápido crescimento levou à sua emancipação em 1938, período no qual a principal atividade empregadora ainda era a agricultura.

3.1. Ascensão e queda do setor secundário: breve histórico até os anos 1990

Até o início do século XX, a experiência industrial da cidade ocorreu em função da cultura cafeeira. Com a decadência da produção de café, nova fase de industrialização começou a se destacar, com a construção da rodovia BR 393 e da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no ano de 1946. No entanto, foi com a chegada, em 1963, da fábrica de locomotivas Companhia Industrial Santa Matilde, que o desenvolvimento da atividade industrial foi alavancado.

A Santa Matilde, fábrica mineira vinda de Conselheiro Lafaiete atraída por incentivos fiscais estaduais, era especializada na produção de vagões. A diversidade de modelos e a quantidade da produção era uma característica de destaque. De vagões de carga a passageiros, com fornecimento para sistemas de transporte metrô-ferroviário de grandes metrópoles brasileiras e consórcios com empresas estrangeiras, a companhia teve excelente desempenho entre meados da década de 1970 e 1980. Expandiu seus negócios

para a produção de implementos agrícolas e ainda, em 1975, para um projeto de produção de um automóvel esportivo nacional, o que lhe rendeu ainda mais notoriedade. O progresso da empresa passou a refletir sua posição de centralidade para a economia local, passando a ser considerada o principal posto de trabalho do município (MARIANO; PINTO, no prelo).

A partir de 1980, entretanto, com a economia brasileira em declínio, marcada por corte dos investimentos estatais, restrição às importações e aceleração da inflação, a Santa Matilde também começou a dar seus primeiros sinais de declínio, já que sua atividade dependia de financiamentos públicos e investimentos estatais no setor ferroviário. A partir daí, a empresa entrou em um extenso e exaustivo processo de queda, que perdurou por mais de duas décadas, até a decretação formal de sua falência.

O quadro que se seguiu foi de migração das pequenas empresas fornecedoras para Volta Redonda e Rio de Janeiro, desemprego e desarticulação progressiva do setor metal-mecânico da região. O fim da obra da rodovia BR-040, em 1985, também contribuiu para o fechamento de postos de trabalho e a evasão de técnicos e engenheiros de Três Rios (MARIANO; PINTO, no prelo).

3.2. O resgate da vocação industrial

A fase de estagnação econômica que assolou a cidade, iniciada em meados da década de 1980, perdurou até o fim da década seguinte. O comércio, neste período, desempenhou importante papel na sustentação da economia local.

O início da articulação em busca de alternativas para o setor industrial, por parte do poder público e do setor privado, deu-se entre os anos de 1996 e 1998, ainda sem um projeto ou plano de desenvolvimento definido. Dentre as primeiras ações, destacou-se a tentativa de recuperação da Companhia Industrial Santa Matilde através do ingresso da T'Trans – empresa também ligada ao setor ferroviário – nas instalações da Companhia para gerir sua produção de vagões. O contrato iniciou-se no ano de 1998.

Mas foi a partir de 2001 que a articulação entre os dois setores (público e privado) aconteceu de forma concreta, com a elaboração de um modelo de desenvolvimento para o setor industrial, amparado por dois fatores principais: a construção por parte do SEBRAE de uma proposta orientadora baseada em Arranjos Produtivos Locais (APLs), onde se formam aglomerados de empresas com a mesma especialização produtiva no mesmo espaço geográfico, definindo a vocação do município; e o início de políticas por parte dos governos estadual e federal para o desenvolvimento econômico de cidades do interior, como por exemplo, o PADEM – Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PINHO, 2010).

A tentativa do renascimento industrial no âmbito do território e a necessidade de explicitar a vocação do município na área ferroviária, sinalizando que haveria demanda para produção em Três Rios, contou com o somatório de importantes iniciativas: a realização de programas de capacitação de fornecedores, incentivando a integração de micro e pequenas empresas; a criação do projeto Metal-Mecânico e do CERDITRI (Comitê Estratégico de Reposicionamento e Desenvolvimento Industrial de Três Rios); a criação do Programa Rio-Ferrovário, através do Decreto 36.279 de 24 de Setembro de 2004, no qual foi instituído tratamento tributário para o setor ferroviário, com diferimento de ICMS nas importações, aquisições e saídas internas, entre outros benefícios (FREITAS, 2010).

Este conjunto de ações motivou e atraiu a atenção de novos empresários e lideranças políticas para o aquecimento da economia local que começou a se delinear, culminando com a proliferação de incentivos fiscais para a atração de empresas, em especial a inclusão de Três Rios, em 2006, na Lei Estadual 4533/2005 (a então conhecida Lei Rosinha, atual Lei 5636/2010) que já favorecia alguns municípios do estado do Rio de Janeiro com a redução a apenas 2% da alíquota de ICMS para empresas industriais.

Além dos incentivos estaduais, a prefeitura também passou a adotar medidas para facilitar a instalação de novas empresas, como a concessão da isenção de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e a redução do ISS (Imposto sobre Serviço).

A partir daí, o que se viu, e ainda se vê no município, é um intenso e acelerado processo de instalação de empreendimentos industriais, não só do setor metal-mecânico, mas dos mais variados ramos, pulverizando, assim, o setor secundário e garantindo melhores condições de manutenção de seu crescimento.

4. Três Rios e a retomada do crescimento: reflexos na urbe

Os agrupamentos que as novas empresas formam em variadas localidades da cidade são denominados, pela prefeitura, como Setor Industrial, Pólo Industrial ou Centro Empresarial. Foi constatado em entrevista na *Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho* que, até o momento, a existência de mais de uma nomenclatura para a identificação destes aglomerados não é usada no sentido de diferenciá-los segundo características específicas das empresas que o compõem; notou-se apenas que as áreas não são tratadas como “Distrito Industrial” porque essa denominação caracteriza um tipo específico de agrupamento, regido segundo legislação própria, a qual demanda o cumprimento de exigências na composição de seu espaço físico, o que seria inviabilizado

pela existência de empresas de diferentes ramos e perfis nos mesmos agrupamentos industriais (FREITAS, 2010).

Dos mais de dez aglomerados de indústrias que podem ser destacados na malha urbana de Três Rios (ver mapa abaixo – Figura 2), três deles são de iniciativa pública, dentre os quais, dois são resultado do recente crescimento do setor industrial: o *Centro Empresarial da Rua Direita* e o *Centro Empresarial da Barrinha*.



Figura 2: Vista aérea da ocupação de Três Rios, com destaque para o centro e os agrupamentos industriais. Fonte: Google Earth (imagem adaptada pela autora)

As áreas destes Centros Empresariais, de propriedade do Município, foram e ainda estão sendo urbanizadas, recebendo infraestrutura básica (luz, água e esgoto). Alguns pontos dos Centros ainda esperam por asfalto, gás e telefonia. Dezenas de empresas já se instalaram ou estão em processo de instalação, atraídas principalmente pelos incentivos fiscais. Predominam entre as indústrias os ramos metal-mecânico e outros também ligados ao setor ferroviário, mas também é possível notar a diversificação do setor industrial com empresas de outros ramos, como alimentício e têxtil.

A recente e intensa instalação de novos empreendimentos vem se mostrando um fenômeno crescente e contínuo. A geração de emprego e renda é consequência notória deste momento de crescimento. Em análise da taxa de crescimento do PIB, pode-se notar nos gráficos a seguir não apenas o aumento da taxa percentual de crescimento anual do PIB de Três Rios, mas também como a mesma vem ganhando destaque frente às taxas da região e do estado. O Gráfico 1 mostra as taxas de crescimento do PIB absoluto e o Gráfico 2, do PIB per capita.

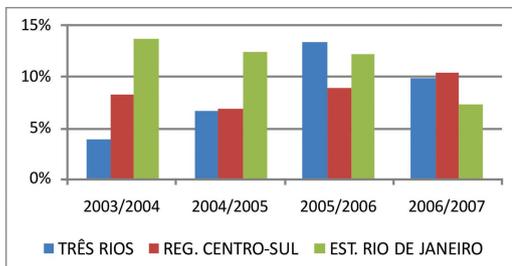


Gráfico 1: Taxa de crescimento anual do PIB
Fonte: Fundação CEPERJ

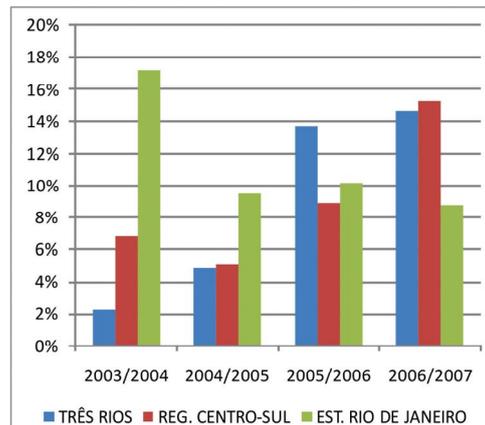


Gráfico 2: Taxa de crescimento anual do PIB per capita - Fonte: Fundação CEPERJ

5. Condições de gestão e planejamento do território: o desafio do desenvolvimento urbano

O cenário de acelerado crescimento e de mudanças na estrutura econômica e física do município coloca diante ao poder público desafios relacionados à gestão da cidade e ao seu planejamento, demandando capacidade para reagir e/ou antecipar expectativas dos empreendedores e compatibilizá-las com as dos moradores, com as condições do espaço físico e com a capacidade de investimento pelo setor público. Em suma, o crescimento e as mudanças demandam iniciativas capazes de atenuar possíveis efeitos negativos, assim como potencializar os impactos positivos sobre o espaço urbano.

A concentração de empresas no território da cidade usufruindo dos benefícios – principalmente fiscais, mas também de infraestrutura – oferecidos pelo poder municipal gera, sim, renda e empregos para o município mas, indubitavelmente, tende também a causar uma série de problemas de diversas naturezas, como prejuízos de ordem ambiental, por exemplo, excesso de lixo, e também de ordem socioeconômica, como favelização e criminalidade.

Diretamente ligada às questões citadas acima, encontra-se o Plano Diretor Urbano, com a finalidade de instituir diretrizes de uso e ocupação do solo urbano, ordenando e direcionando a utilização do território. Este instrumento básico da política de desenvolvimento, somado às demais legislações urbanas, é a peça que orienta o poder público e a iniciativa privada na organização/construção do espaço urbano.

O Plano Diretor do Município de Três Rios passa atualmente por uma revisão. Corresponde à Lei 1716, de 27 de Dezembro de 1990, que modificou a legislação original de 1968. (VAZ, 2010).

É possível destacar algumas ações municipais que sugerem uma noção preliminar de que o planejamento urbano vem sendo, ao menos, fator de atenção por parte da administração na tentativa de antever possíveis problemas.

Com relação ao trânsito, um novo plano viário, ainda não colocado em prática, foi idealizado pela Prefeitura em parceria com a Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro e tem o objetivo de garantir o crescimento ordenado do município nos próximos anos. Vias arteriais de grande importância no fluxo de veículos, como as que ligam o centro aos demais bairros, estão sendo reestruturadas, sofrendo alteração no sentido de fluxo – em alguns casos deixando de ser mão dupla para criar com outra via paralela um binário – recebendo nova pavimentação, tanto das faixas de circulação de veículos quanto das calçadas e nova sinalização (VAZ, 2010).

Ainda em relação à questão do trânsito na cidade, deve-se ressaltar o projeto – em processo de licitação – de construção de um viaduto fazendo a ligação de uma importante avenida do centro (a Avenida Condessa do Rio Novo) com outra via, sobre a linha férrea (ver localização no mapa a seguir – Figura 3) com a intenção de eliminar a retenção do fluxo de veículos nos horários de passagem do trem.

O projeto do viaduto mostra a intenção de contemplar as áreas residuais abaixo da construção com espaços de convívio e lazer, criando praça com quiosques de alimentação e área de descanso. Ainda assim, é inevitável considerar que a construção de um viaduto terá impacto, não só no que diz respeito à segurança e ocupação do seu entorno, mas também à percepção e avaliação dos usuários, moradores do local, bem como do cidadão comum quanto à qualidade visual urbana da nova paisagem que se delineará. Obras como essa, que visam a enfrentar problemas surgidos com o crescimento/desenvolvimento, suscitam a tomada de posição quanto aos princípios norteadores da ação pública, que deverá voltar-se, segundo alguns, para a urgência do desenvolvimento econômico, como forma de enfrentar crises ou garantir condições materiais de vida, segundo outros, para aspectos relacionados à qualidade da vida urbana.

Outro projeto de destaque, atualmente em execução, com relação ao tratamento dos espaços públicos na cidade é a revitalização da Avenida Beira Rio, uma das principais vias, que contorna o anel viário do centro, e que possui largo calçadão de pedestres à beira do Rio Paraíba do Sul. O projeto, que conta com apoio de verba estadual, inclui, além da revitalização da via em si, com a inserção de ciclovia em toda a sua extensão, a criação de uma praça de esportes e lazer, oferecendo parque infantil, equipamentos de ginástica ao ar livre, banheiros, quiosques de alimentação, entre outros equipamentos. A localização do projeto da praça pode ser vista também na Figura 3, a seguir, que mostra o centro da cidade.



Figura 3: Vista aérea do centro de Três Rios, com destaque para dois projetos urbanos.
Fonte: Google Earth (imagem adaptada pela autora)

6. Considerações finais

A partir de todo o exposto, podem ser feitas algumas considerações quanto à questão crescimento x desenvolvimento urbano de uma forma geral e no contexto empírico do município de Três Rios. Se por um lado há a euforia da constatação do aumento da concentração de riqueza no território, deve-se analisar também a questão do dinamismo econômico sob a ótica das condições que a cidade tem para receber tal crescimento, de forma que seu desenvolvimento seja promovido de forma sustentável.

É relevante a constatação de que a causa maior do crescimento acelerado de Três Rios se deve à intensa chegada de empreendimentos industriais de grande porte e que, essa migração, por sua vez, está ligada a incentivos fiscais temporários. Um reflexo disto é a real possibilidade de que as empresas de grande porte, que possuem uma considerável capacidade de deslocamento no território, não permanecem na cidade ao fim do prazo do incentivo. Elas usufruem do benefício, tanto fiscal quanto de infraestrutura, e por mais que movimentem a economia local, gerando emprego e renda, podem trazer também a “sombra” do crescimento urbano desordenado e insustentável.

Por outro lado, a análise da localização dos atuais projetos urbanos da Prefeitura – como por exemplo a Praça do Viaduto e a Praça Beira Rio, expostos anteriormente na Figura 3 –, já indica a existência de um desnível em relação às áreas de implantação das novas indústrias. Verifica-se que as localidades próximas aos novos centros industriais da cidade, destacados na Figura 2, não receberam nenhum benefício notório para adequar sua estrutura urbana à nova realidade idealizada pelos setores de planejamento econômico. Algumas destas áreas industriais não estão distanciadas da área urbana, pelo contrário,

estão muito próximas a ela. Esta situação indica a necessidade de um estudo aprofundado do impacto destes empreendimentos no entorno próximo visando à reestruturação das áreas impactadas e, por consequência, a requalificação de seus espaços públicos.

A participação do poder público e a manifestação de sua capacidade de interferência na delimitação do perfil de crescimento e desenvolvimento que se pretende para a cidade é assunto de suma importância. O investimento em planejamento urbano representa a ação mais direta e completa no sentido de se potencializar o momento de crescimento da cidade, direcionando o desenvolvimento para o caminho da sustentabilidade social, econômica, ambiental e política.

7. Referências

ACSERALD, Henri. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Campinas, n.1, maio. 1999

CEPERJ. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio De Janeiro. **Produto interno bruto do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>. Acesso em: 20 de out.2010.

FREITAS, Júlio Cezar Rezende de. **O crescimento do setor industrial em Três Rios**. Três Rios, 2010. Entrevista concedida a Camila Righi de Almeida em 24 out. 2010.

MARIANO, S. R. H.; PINTO, V. R. R. **A experiência do desenvolvimento industrial do setor metal-mecânico no município de Três Rios**: lições aprendidas e desafios futuros. No prelo.

PINHO, Jorge. **O crescimento do setor industrial em Três Rios**. Três Rios, 2010. Entrevista concedida a Camila Righi de Almeida em 13 ago. 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANCHÉZ, Fernanda. Cultura e Renovação Urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SILVA NETO, R; DIAS, Robson Santos; BARRAL NETO, Jayme Freitas; RANGEL, Leonardo Cereja. **Desafios para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Macaé-RJ**. Perspectivas, v. 5, p. 60-73, 2006.

TEIXEIRA, Ezilma. **Era uma vez**. Editar Editora Associada: Juiz de Fora, 2005.

VAZ, Manoel. **O crescimento do setor industrial em Três Rios**. Três Rios, 2010.
Entrevista concedida a Camila Righi de Almeida em 04 ago. 2010.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro:
Editora Garamond, 2005.